

issn: 2176-5960



**Προμηθεύς**  
**journal of philosophy**



n. 42 maio - agosto de 2023

## **SOBRE O VERBO E O SER: UMA LEITURA DO COMENTÁRIO DE TOMÁS DE AQUINO AO *DE INTERPRETATIONE* I, 3**

*Rodrigo Guerizoli*

PPGLM-UFRJ/CNPq

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo consiste em apresentar uma leitura do quinto capítulo do comentário de Tomás de Aquino (1225-1274) ao *De Interpretatione* de Aristóteles. Trata-se, em termos de conteúdo, do comentário ao terceiro capítulo do tratado aristotélico, no qual é analisada a noção de verbo. Especialmente importante no contexto serão as distinções entre as noções de nome, verbo e enunciação; a diferença entre a significação de verbos e de juízos; e, ainda, a exposição da significação do verbo ser e de seu papel como base da constituição dos demais verbos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tomás de Aquino, semântica filosófica, nomes, verbos, juízos, verbo ser.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to present a reading of the fifth chapter of Thomas Aquinas' (1225-1274) commentary on Aristotle's *De Interpretatione*. It is, in terms of content, the commentary on the third chapter of the Aristotelian treatise, in which the notion of verb is examined. Especially important in this context are the distinctions between the notions of name, verb, and enunciation; the difference between the meaning of verbs and judgments; and the exposition of the meaning of the verb to be and its role as the basis for the constitution of the other verbs.

**KEYWORDS:** Thomas Aquinas, philosophical semantics, names, verbs, judgments, verb to be.

### **Introdução**

O que é significado por um verbo? Ou, mais especificamente, o que é significado pelo verbo ser? Um dos principais momentos no qual, em sua volumosa obra, Tomás de Aquino (1225-1274) se dedica a essas questões encontra-se em uma

lição de seu comentário ao *De Interpretatione* de Aristóteles.<sup>1</sup> Escrito provavelmente ao longo do ano de 1271 (TORRELL, 2012, p. 249-251), o comentário de Tomás, que permaneceu inacabado, segue o modelo de uma *expositio* ou, noutros termos, de uma análise, capítulo a capítulo, do sentido, dos pressupostos e dos desdobramentos do texto aristotélico.<sup>2</sup> Com relação à sua posição no interior da obra, a lição em foco se encontra logo no início do comentário. Ela consiste, a saber, na análise do terceiro capítulo do *De Interpretatione*, um trecho que normalmente, em edições modernas, não ocupa mais de uma quinzena de linhas (16b6-25). Seu objetivo geral, facilmente detectável, equivale ao esclarecimento da noção de *verbo*, o que, por sua vez, se efetiva na forma de um exame das semelhanças e das diferenças vigentes entre aquela noção e a de *nome*, em torno à qual se estruturara o capítulo precedente (16a19-b5).<sup>3</sup>

Interessantemente, porém, o capítulo do *De Interpretatione* sobre o verbo também abriga, no bojo da discussão mais ampla, certas considerações pontuais, assaz enigmáticas, sobre o funcionamento de um verbo em específico: o verbo ser. São justamente essas reflexões, pouco desenvolvidas por Aristóteles, que estabelecem um importante aspecto do horizonte do esforço interpretativo de Tomás. De fato, os apontamentos do terceiro capítulo do *De Interpretatione* dão-lhe a oportunidade de elaborar um instigante estudo, ainda que sucinto, sobre o que apreendemos e o que significamos ao compreendermos e utilizarmos verbos e, em particular, ao utilizarmos o verbo ser. No que se segue será proposta uma análise da lição de Tomás. Partirei, contudo, não surpreendentemente, de duas noções que, de acordo com a disposição do material que compõe o tratado, precedem a abordagem do verbo e cujo entendimento baliza a sua análise. Refiro-me às ideias de *enunciação* e de *nome*.

### **A enunciação e suas partes: o objeto do *De Interpretatione***

<sup>1</sup> TOMÁS DE AQUINO, 1989. Sobre a história da recepção do tratado, cf. ISAAC, 1953; TOMÁS DE AQUINO, 1989, p. 64\*-75\*; BRAAKHUIS & KNEEPKENS, 2003; e HUSSON, 2009.

<sup>2</sup> Cf. TOMÁS DE AQUINO, 2018, p. 9.

<sup>3</sup> Uma tradução do texto encontra-se em TOMÁS DE AQUINO, 2018. Trata-se, contudo, de uma versão feita com base na edição Marietti do comentário (cf. p. 11), que segue, por sua vez, um texto hoje tido como pouco confiável – a edição Leonina de 1882. Apoiando-se sobre esse mesmo texto, NASCIMENTO, 1995 oferece uma breve análise da lição de Tomás. Cf. CUADRADO, 2006 para um exame mais detalhado do texto e feito com base na edição mais atual. Uma exegese direta dos capítulos aristotélicos sobre o nome e o verbo oferecem WEIDEMANN, 1982 e WHITAKER, 1996, p. 35-70.

Já no próêmio de seu comentário, Tomás expõe, de forma bastante ortodoxa, o objetivo geral do *De Interpretatione*. Trata-se, segundo ele, de uma obra dedicada ao exame da assim chamada segunda operação do intelecto, ou seja, de uma atividade que nos é própria e que nos possibilita formar mentalmente certas sentenças (*orationes*) que se distinguem por, como quantidades discretas, afirmarem ou negarem algo de algo (uma certa unidade de uma certa unidade) e, com isso, por possuírem um dentre dois valores de verdade. Tais sentenças, suscetíveis à verdade ou falsidade, são chamadas por Tomás de sentenças enunciativas (*orationes enuntiativae*) ou, mais brevemente, de enunciações (*enuntiationes*). Assim, a enunciação se impõe como o objeto de estudo do tratado de Aristóteles. De fato, Tomás chega a sugerir que um tal viés interpretativo deva guiar o próprio entendimento do título da obra: “Este livro”, diz ele ao fim do próêmio, “é intitulado, portanto, *Sobre a Interpretação*, como se se dissesse *Sobre a sentença enunciativa*, na qual se encontra o verdadeiro ou o falso [...]”<sup>4</sup>

O estudo da enunciação, por seu turno, se desdobra em uma investigação sobre o nome e o verbo ao se atentar a um elemento-chave da teoria aristotélica da ciência. Trata-se da ideia de que a toda ciência compete investigar as partes de que se compõe seu objeto.<sup>5</sup> A noção de parte, porém, é interpretada por Tomás em dois sentidos. De acordo com um uso, ela aponta para unidades mínimas que intrinsecamente compõem algo complexo. Assim, por exemplo, a física, ciência do ente natural, essencialmente composto de forma e matéria, naturalmente se desdobra na investigação daqueles componentes e de sua relação. No mesmo sentido, segundo Tomás, a ciência que se dedica ao estudo da enunciação se desdobra numa investigação sobre as unidades mínimas que, combinadas, produzem o modelo mais básico daquele tipo de composto, a *enunciação simples*. Ora, tais unidades mínimas, chamadas de *partes integrais* da enunciação, correspondem justamente aos nomes e aos verbos.<sup>6</sup> Num outro uso,

<sup>4</sup> *Expositio libri Peryermenias* (doravante *EP*, seguido, entre parênteses, por página e linhas da edição Leonina) I, 1 (6, 55-57): “Intitulatur ergo liber iste *De interpretatione*, ac si diceretur *De enuntiativa oratione*, in qua verum et falsum inuenitur [...]” As traduções são de minha autoria.

<sup>5</sup> *EP* I, 1 (6, 59-61): “[...] est enim proprium uniuscuiusque sciencie partes subiecti tradere, sicut et passiones.” “[...] compete, com efeito, a cada ciência fazer conhecer as partes de seu objeto, assim como aquelas coisas que dele decorrem.”]

<sup>6</sup> *EP* I, 1 (7, 98-108): “Potest iterum dubitari quare, pretermisiss aliis orationum partibus, de solo nomine et uerbo determinet? Ad quod dicendum quod, quia de simplici enuntiatione determinare intendit, sufficit ut solas illas partes orationis pertractet ex quibus ex necessitate simplex oratio constat; potest autem ex solo nomine et uerbo simplex enuntiatio fieri, non autem ex aliis orationis partibus sine hiis; et ideo sufficiens ei fuit de hiis duabus determinare. – Vel potest dici quod sola nomina et uerba sunt principales orationis partes [...]” “[Pode-se ainda questionar por que <Aristóteles>, deixando de lado as outras partes das sentenças, trata apenas do nome e do verbo. Ao que se deve dizer que, porque pretende tratar da enunciação simples, é suficiente que examine apenas aquelas partes das sentenças a partir das quais necessariamente se compõe uma sentença simples. É possível, contudo, formar uma enunciação simples

contudo, a noção de parte corresponde a um item do qual se pode predicar uma noção mais geral. Trata-se, decerto, de um sentido menos usual do termo, de acordo com o qual se pode dizer, por exemplo, de todo cão particular, Rex ou Rin-Tin-Tin, que se trata de uma parte da noção mais geral e específica de cão. No que diz respeito às enunciações, Tomás esclarece que, nesse segundo sentido, suas partes, chamadas de *partes subjetivas* ou *partes da espécie*, são a afirmação e a negação. Ou seja, segundo ele, de toda afirmação ou negação se pode dizer que se trata de uma parte da enunciação.<sup>7</sup>

O objeto de estudo do *De Interpretatione* são, portanto, unidades complexas, as enunciações, cujas partes integrais são os nomes e os verbos e cujas partes subjetivas são as afirmações e as negações. Desse ponto de vista, pode-se considerar que as noções de nome e de verbo se distinguem como duas espécies localizadas sob um mesmo gênero, cujo conteúdo inteligível reúne suas características comuns. E, de fato, como se verá, é possível identificar aspectos da caracterização oferecida por Tomás aos nomes que se repetem em seu tratamento dos verbos.

### **Nomes, verbos, enunciações: uma semântica atomista e correspondentista**

Desde um viés bastante genérico, nomes e verbos são sons vocais significativos por convenção, dos quais, de acordo com Tomás, seres humanos lançam mão com o intuito de realizar suas funções enquanto animais políticos e sociais. Assim se lhes torna possível transmitir a seus pares seus sentimentos, pensamentos e opiniões e, com isso, viver em sociedade.<sup>8</sup> Nesse sentido, tanto nomes quanto verbos são espécies do gênero *som vocal* ou, como assinala Tomás, são, mais precisamente, espécies do gênero *signo*

---

apenas a partir de um nome e um verbo, o que não se pode fazer, sem aqueles, a partir das outras partes das sentenças. Assim, foi-lhe suficiente tratar daqueles dois. Ou se pode dizer que apenas os nomes e os verbos são as partes principais das sentenças.”]

<sup>7</sup> EP I, 1 (7, 121-124): “[...] *sunt enunciationis partes non quidem integrales sicut nomen et uerbum (alioquin oporteret omnem enunciationem ex affirmatione et negatione compositam esse), set partes subiectiue, id est species.*” [“[...] <afirmações e negações> são partes da enunciação; não, porém, partes integrais, como o nome e o verbo (não fosse assim, seria necessário que toda enunciação se compusesse de uma afirmação e uma negação), mas partes subjetivas, isto é, da espécie.”]

<sup>8</sup> EP I, 2 (9, 29-33): “[...] *set, quia homo est naturaliter animal politicum et sociale, necesse fuit quod conceptiones unius hominis innotescerent alii, quod fit per uocem; et ideo necesse fuit esse uoces significatiuas ad hoc quod homines ad inuicem conuiuierent [...].*” [“[...] ora, dado que o homem é um animal naturalmente político e social, foi necessário que os conceitos de um homem se tornassem conhecidos aos outros, o que se dá através do som vocal. Assim, para que os homens convivessem entre si, foi necessário que houvesse sons vocais significativos [...].”]

*vocal*, pelo qual seu aspecto *convencional* se torna de chofre evidente.<sup>9</sup> Ora, o que permite que certos signos vocais sirvam de instrumento à expressão de ideias em um âmbito intersubjetivo é, por um lado, seu aspecto imediatamente significativo. Signos vocais se veem por convenção – devido a desejos humanos coletivos, portanto – imediatamente associados a *concepções do intelecto*, ou seja, a ocorrências mentais dotadas de intencionalidade ou da capacidade de significar algo distinto de si mesmas; numa palavra, a *conceitos*.<sup>10</sup> Estes, por sua vez, são tidos como *naturalmente* capazes de significar aquilo com base em que, por meio de um elaborado processo que mobiliza sensibilidade e intelectualidade, receptividade e espontaneidade, foram formados. Com efeito, tais conceitos escapam aos caprichos e às convenções humanas, dada a sua gênese resultar de processos estritamente naturais e, nesse sentido, de antemão já bem determinados. Assim, pode-se deles dizer que são, em sentido relevante, os mesmos para todos os seres humanos.<sup>11</sup> O que com isso se exprime é a ideia de que experiências idênticas produzidas em sujeitos identicamente dispostos resultam naturalmente na

<sup>9</sup> EP I, 4 (20, 47-52): “*Set, cum uox sit quedam res naturalis, nomen autem non est aliquid naturale, set ab hominibus institutum, uidetur quod non debeat genus nominis ponere uocem, quod est naturale, set magis signum, quod est ex institutione, ut diceretur: ‘Nomen est signum uocale’ [...]*” [“Dado, porém, que o som vocal é uma certa coisa natural, e que o nome não é algo natural, mas, antes, é instituído pelos homens, parece que <Aristóteles> não devia ter estabelecido como gênero do nome o som vocal, que é natural, mas o signo, que vem a ser por instituição, como se dissesse: ‘O nome é um signo vocal’ [...].”]. Sobre a materialidade do som vocal, cf., no comentário ao *De Anima*, o capítulo a respeito (TOMÁS DE AQUINO, 1984, p. 143-146).

<sup>10</sup> EP I, 2 (10-11, 97-133): “[...] oportet passiones anime hic intelligere intellectus conceptiones quas nomina et uerba et orationes significant, secundum sententiam Aristotilis: non enim potest esse quod significant immediate ipsas res, ut ex modo significandi apparet: significat enim hoc nomen ‘homo’ naturam humanam in abstractione a singularibus. [...] Vtitur autem potius nomine ‘passionum’, quam ‘intellectuum’, tum quia ex aliqua anime passione prouenit, puta ex amore uel odio, ut homo interiorum conceptum per uocem alteri significare uelit, tum etiam quia significatio uocum refertur ad conceptionem intellectus secundum quod oritur a rebus per modum cuiusdam inpressionis uel passionis.” [“[...] é necessário compreender aqui as *paixões da alma* como as *concepções do intelecto*, que nomes, verbos e sentenças significam, de acordo com o que diz Aristóteles. Com efeito, não pode ser o caso que <tais concepções> signifiquem imediatamente as próprias coisas, como fica claro a partir de seu modo de significação: o nome *homem*, de fato, significa a natureza humana em abstração dos <indivíduos> singulares. [...] É mais comum, contudo, o uso do nome de *paixões* do que o de *intelecções*, seja porque <aquelas concepções> provêm de alguma paixão da alma, como, por exemplo, do amor ou do ódio, como quando um homem deseja significar a outro um tal conceito interno através de um som; seja porque a significação dos sons se refere à concepção do intelecto enquanto o que deriva das coisas como uma espécie de impressão ou paixão.”].

<sup>11</sup> EP I, 2 (12, 185-186): “[...] ostendit passiones anime naturaliter esse sicut et res, per hoc quod eedem sunt apud omnes.” [“[...] mostra que as *paixões da alma* são naturalmente como as coisas, pois são as mesmas para todos [...].”]. Cf. igualmente EP I, 2 (13, 243-249): “[...] intentio Aristotilis non est asserere ydemptitatem conceptionis anime per comparisonem ad uocem, ut scilicet unius uocis una sit conceptio, quia voces sunt diuerse apud diuersos, set intendit asserere ydemptitatem conceptionum anime per comparisonem ad res, quas similiter dicit esse easdem.” [“[...] não é intenção de Aristóteles afirmar a identidade de uma concepção da alma em relação a um som vocal, de modo a que para cada som vocal haja uma concepção, pois os sons vocais são diferentes nas diversas comunidades. Antes, pretende afirmar a identidade das concepções da alma em relação às coisas, que ele também diz serem as mesmas <para todos>.”]. Sobre a história da contraposição entre significação natural e convencional, cf. ROSIER, 2003.

formação, nesses sujeitos, de conceitos idênticos, isto é, conceitos entre si qualitativamente indistinguíveis (ainda que distintos enquanto *tokens* presentes em diferentes mentes) e que compartilham um conteúdo que faz referência ao mesmo fundamento último desde o qual provieram.

Assim, um certo som vocal, uma mera massa sonora, se torna um nome ou um verbo ao ser convencionalmente associado a um conceito que, por sua vez, dado o modo como foi produzido, é qualitativamente idêntico em todas as suas ocorrências, isto é, em todas as mentes nas quais se encontra. Trata-se de um processo que, segundo Tomás, pode ser compreendido desde o binômio matéria e forma (*EP I, 2 (10, 81-87)*): à matéria que corresponde ao som vocal vem a ser, por convenção, acrescentada uma forma, uma função, a da significatividade. Por exemplo, o termo *cão* consiste em um som vocal significativo para falantes da língua portuguesa porque lhe foi convencionalmente atribuída a função de se referir ao conceito que, formado em mentes humanas a partir do contato sensorial com algum indivíduo daquela espécie, naturalmente se refere a cães, dando a quem o possui alguma noção do que de fato consiste em ser um indivíduo que pertence à espécie canina. Para um falante de outra comunidade, por sua vez, aquele mesmo conceito, ou, se se quiser, um outro conceito àquele qualitativamente idêntico, se encontra linguisticamente acessível através de um termo diferente, *cane*, por exemplo, que, no italiano, desempenha o mesmo papel que, no português, cabe ao nome *cão*.

Ora, nomes e verbos não se caracterizam apenas por serem sons vocais que significam convencionalmente conceitos, mas, igualmente, pelo fato de os conceitos por eles referidos consistirem em unidades simples de significação. Esse é, por certo, um traço que permite distinguir as enunciações de suas partes. Com efeito, as características anteriormente aludidas como comuns a nomes e verbos são também notas que se encontram em toda enunciação. Também elas são sons vocais que por convenção significam conceitos. Contudo, diferentemente do que se passa com cada nome ou verbo, enunciações não significam um único conceito; significam, antes, certas unidades conceituais complexas, nas quais as noções imediatamente significadas pelo nome e pelo verbo que as compõem são relacionados segundo um modelo proposicional, em que algo é afirmado (ou negado) de algo. Ora, isso, como se verá, imediatamente vincula as enunciações à questão sobre a verdade (ou falsidade) do que por seu intermédio se afirma ou se nega.

Descrevendo a situação desde um ponto de vista mais abrangente, percebe-se que a posição assumida por Tomás corresponde a uma perspectiva sobre a linguagem claramente atomista, pela qual a significação de uma enunciação das mais simples depende e toma forma a partir da combinação – regida por certas regras lógico-sintáticas de cunho geral – do importe significativo de suas partes integrais. Nesse contexto, sons vocais são inicialmente dotados, por convenção, de uma significação incompleta, constituindo-se enquanto unidades significativas (os nomes e os verbos) que apontam para conceitos cujos conteúdos inteligíveis naturalmente se referem àquilo com base em que se formaram. Nesse sentido, a significação de um nome ou de um verbo não é produto da combinação de supostos elementos significativos mais fundamentais, expressos, por exemplo, por cada uma de suas sílabas. Ao contrário, seu aspecto significativo é primário, do que decorre seu estabelecimento como limite e fundamento último da análise daquele fenômeno. A enunciação, por sua vez, se constitui como a “célula apofântica fundamental” (ILDEFONSE, 1997, p. 95), que se estabelece, qual uma molécula, em um passo posterior, como resultado da combinação de átomos significativos mais básicos.

À simplicidade de nomes e verbos se contrapõe a complexidade das subsequentes unidades significativas, as enunciações que sobre aquela base se formam. Dessas características decorre o aspecto que mais relevantemente distingue os planos do incompleto e do completo, sejam eles tomados desde o viés mental ou de acordo com sua contraparte falada (ou escrita). Tal nota distintiva diz respeito às relações que tais planos estabelecem para com as noções de verdade, falsidade e, conseqüentemente, de juízo. A posição de Tomás a esse respeito é a de que apenas com relação a unidades complexas que se estruturam como juízos, ou seja, apenas com relação a enunciações, é legítimo se esperar que sua significação codifique e transmita informações que serão reconhecidas como efetivas expressões de relações e estados de coisas objetivos, internos ou externos ao sujeito que os considera.

Ora, na medida em que tais expressões descritivas, se constituídas como afirmações, correspondem ao que objetivamente tem lugar na realidade, elas serão verdadeiras (diz-se, por exemplo, que algum homem, Sócrates, anda – e Sócrates efetivamente anda). Se, contudo, uma tal descrição do mundo, apesar de afirmativa, não encontrar correspondência no arranjo dos estados de coisas ali presentes, ela será falsa (diz-se que Sócrates anda, mas Sócrates está efetivamente sentado). Complementarmente, e em sentido oposto, se uma descrição se constitui como uma

negação e, de fato, o estado de coisas por ela descrito não compor a realidade, ela será verdadeira (diz-se que Sócrates não anda – e Sócrates está efetivamente sentado). E o mesmo ocorre com relação à falsidade: será falsa uma descrição que é negada, mas que, apesar disso, corresponde a um estado de coisas que tem lugar na realidade (diz-se que Sócrates não anda, mas Sócrates efetivamente anda).

A tese de Tomás, de acordo com a qual apenas as enunciações, mas não suas partes, detêm relação direta com as noções de verdade e de falsidade, é uma decorrência da ideia mais fundamental de que é somente no contexto de uma combinação de conceitos que tem lugar o uso autêntico daquelas noções. Noutras palavras, ‘verdade’ e ‘falsidade’ – ao menos no sentido em que são utilizados no contexto ora em discussão – são termos cuja utilização remete a unidades complexas, unidades proposicionais, e não às suas partes integrais.<sup>12</sup> Assim, por se tratar de unidades simples ou incomplexas, nomes e verbos naturalmente escapam ao escopo das noções de verdade e de falsidade. De fato, não parece sequer bem formada a pergunta sobre a verdade ou falsidade de um nome, de um verbo ou de um conceito significativamente incompleto. Com efeito, uma demanda de tal tipo – que se teria de formular em termos de algo como “Cão é verdadeiro ou falso?” – nem chega a constituir um lance inteligível no jogo intersubjetivo de uso da linguagem, pelo qual perguntas são formuladas e respostas oferecidas.

### **Nomes, verbos e o tempo**

Retomando as etapas fundamentais do caminho até aqui trilhado, a investigação de Tomás sobre a significação dos verbos, passo que precede o estudo mais específico do comportamento do verbo ser, remete, desde um ponto de vista mais geral, a uma análise de sentenças que exprimem determinadas composições mentais, as quais, por sua vez, significam, no que parece consistir num tipo de projeção mental, certos

---

<sup>12</sup> EP I, 3 (14-15, 46-49): “[...] *in hac secunda operatione intellectus, scilicet componentis et diidentis, inuenitur ueritas et falsitas, reliquens quod in prima operatione non inuenitur [...]*” “[...] nesta segunda operação do intelecto, a saber, a de compor e dividir, se encontra a verdade e a falsidade, restando que não se encontra na primeira operação.”]. Ao se enxergar a noção de verdadeiro desde um outro ponto de vista, porém, uma perspectiva que enfatiza não a conexão entre verdade e correspondência, mas, antes, toma verdade em um sentido que a aproxima das noções de certeza e correção, pode-se, segundo Tomás, legitimamente dizer que nossos conceitos incomplexos, derivados diretamente da sensibilidade, são verdadeiros. Sobre esse adendo, que lança mão de um sentido da noção de verdade que foge ao escopo deste estudo, cf. EP I, 3 (16, 149-157).



modelos de como coisas se encontram dispostas no mundo. Por meio de tais composições, os juízos, é veiculada também a crença de que o estado de coisas mentalmente projetado é o caso na realidade (ou, ao contrário, de que ele não é o caso). Nesse sentido, na medida em que subsiste (ou não) uma correspondência entre o modelo descritivo e o mundo, tais sentenças enunciativas ou, mais brevemente, as enunciações, receberão um dentre dois valores de verdade, isto é, serão verdadeiras ou falsas.

A análise das enunciações enquanto unidades compostas revela que a composição afirmada (ou negada) pelo juízo se realiza a partir de uma apreensão prévia de suas partes integrais, os nomes e os verbos, que – o exame de suas partes, as sílabas, o justifica – acabam por se estabelecer como as unidades mínimas em que tem lugar o fenômeno da significação. A significação de nomes e verbos, por seu turno, difere do que se pode exprimir por meio de enunciações pelo fato de se conectar, nos dois casos, a apenas um item, significativamente incomplexo, e não a um complexo proposicional declarativo. Assim, as noções de nome e de verbo, por mais que consistam nos elementos que compõem as enunciações, são tidas como incapazes de exprimir algo acerca do qual faz sentido que se ponha a pergunta sobre sua verdade ou falsidade, feita sub-repticiamente sob a égide de uma visão correspondentista. Com efeito, o uso estabelecido daquelas noções dá-se em um contexto no qual há de ter lugar uma relação entre itens, relação que poderá ser ou não ser o caso na realidade, o que fundamentará o valor de verdade da enunciação que a exprime. Ora, ao se encontrar atrelada a apenas um item incomplexo, a significação de cada nome ou verbo é incapaz de prover qualquer visão sinóptica sobre itens. Ela é incapaz, com efeito, não apenas de abarcar mais de um elemento num só ato, mas, sobretudo, de propor qualquer modelo (afirmativo ou negativo) de conexão entre itens.

Enunciações vêm, pois, acrescentar como que duas novas camadas de significação àquilo que, separadamente, é significado por cada uma de suas partes integrais. Por um lado, por serem sentenças de um determinado tipo, elas consistem no patamar mais básico em que uma semântica atomista como a de Tomás considera ter lugar o fenômeno da significação complexa, no qual não um item, mas uma relação entre itens, é significada como uma unidade analisável. Além disso, numa enunciação não é apenas formulado um modelo de relação entre coisas. Antes, tal modelo é produzido sob a forma de um juízo, ou seja, a ele se atrela uma expectativa e um posicionamento sobre sua correspondência com a realidade e, assim, sobre seu valor de verdade.

No contexto em que se desenvolve a presente investigação, o estudo dos verbos se insere, portanto, no bojo de um exame mais amplo sobre as enunciações, o qual, por sua vez, estabelece que o verbo, ao lado do nome, é uma de suas partes integrais. Até este ponto, contudo, nomes e verbos foram tratados apenas desde essa perspectiva, que lhes é comum. Cabe, pois, avançar a análise em direção ao esclarecimento dos aspectos que distinguem aquelas noções enquanto duas espécies de sons vocais que por convenção significam unidades conceituais naturalmente produzidas a partir de nossa lida com o mundo.

Com efeito – e numa formulação ainda bastante preliminar e geral –, por meio de nomes podemos, segundo Tomás, apreender certas características próprias dos referentes para os quais os conceitos convencionalmente associados àquelas unidades simples apontam. Tais conceitos nos informam, por exemplo, sobre o que é ser um ser humano, ser um cão ou sobre o que é ser algo branco, ou seja, eles têm por referente unidades isoladas, substâncias e suas propriedades, aí descritas de modo por assim dizer estático e atento a coligir informações com base nas quais se poderá posteriormente, num juízo, responder (de modo não exaustivo) à pergunta “o que é isso?”<sup>13</sup>

Com relação aos verbos, por sua vez, sua significação não se encontra associada à apreensão de traços característicos do que se constitui como uma unidade estática que se pode conceitualmente captar. Verbos apontam, antes, para um certo dinamismo, significando ações nas quais as unidades simples referidas pelos nomes podem se envolver, seja desempenhando o papel daquilo que as realiza ou do que é delas sujeito. O que verbos significam se conecta, pois, à busca por informações que permitem a quem as detenha a formação de um juízo, o mais elementar, pelo qual se esclarece em que tipo de atividade encontra-se engajado o referente último de um nome (seja como seu polo ativo ou, ao contrário, como seu componente receptivo). Nesse sentido, verbos se conectam à categoria da ação e à pergunta “Como ou em que situação se encontra isso?” Nomeadamente, e retomando o exemplo já utilizado, pela combinação de um nome e de um verbo é dito que “Sócrates anda”, enunciação cujo significado combina o significado de cada uma de suas partes, pelas quais isoladamente recolhemos

---

<sup>13</sup> *EPI*, 3 (14, 39-44): “[...] oportet intelligere quod una duarum operationum intellectus est indivisibilem intelligencia, in quantum scilicet intellectus intelligit absolute cuiuscunque rei quiditatem siue essentiam per se ipsam, puta quid est homo uel quid album uel quid aliud huiusmodi [...]” “[...] deve-se ter em mente que uma das duas operações do intelecto é a inteligência dos indivisíveis, que tem lugar, a saber, quando o intelecto entende de modo absoluto a quiddidade ou essência de alguma coisa por si mesma; como, por exemplo, <quando entende> o que é o homem ou o que é o branco, ou o que é alguma outra coisa desse tipo [...]”].

informações sobre um certo sujeito, o ser humano Sócrates, e uma determinada ação, a de andar, segundo um certo modelo, o da afirmação de que tal sujeito realiza aquela ação (chamada, no contexto, de *juízo por composição*), e que será verdadeira ou falsa a depender do que efetivamente tem lugar no mundo.<sup>14</sup>

A faceta estática que constitui o traço que distingue a significação de um nome da de um verbo é captada por Aristóteles (ou, mais propriamente, pela tradução de Boécio (ca. 475/7-526), que é base do comentário de Tomás)<sup>15</sup> pela ideia de que nomes significam “sem o tempo”.<sup>16</sup> Em sua análise do capítulo sobre os nomes, Tomás interpreta tal característica como querendo dizer que os nomes não significam nada que possa ser “medido pelo tempo”. Ora, ser medido pelo tempo é tido como uma propriedade do que se encontra em movimento, ou seja, do que realiza ou sofre uma ação. Assim, ao fim e ao cabo, dizer que nomes significam “sem o tempo” corresponde a afirmar que aquilo que eles significam não é um movimento – não é nem uma ação nem um padecer. No contexto da mesma passagem, por sua vez, é dito do verbo que ele “significa com o tempo” (ou, como também se pode inferir, que ele “significa o tempo”).<sup>17</sup> Apesar das pequenas variações, a contraposição é clara: ao contrário dos

---

<sup>14</sup> EP I, 3 (15, 62-78): “*Sic etiam, si consideremus ea que sunt circa intellectum secundum se, semper est compositio ubi est ueritas et falsitas, que nunquam inuenitur in intellectu nisi per hoc quod intellectus comparat unum simplicem conceptum alteri; set, si referatur ad rem, quandoque dicitur compositio, quandoque dicitur diuisio: compositio quidem quando unus intellectus comparat unum conceptum alteri quasi apprehendens coniunctionem aut ydemptitatem rerum quarum sunt conceptiones; diuisio autem quando sic comparat unum conceptum alteri ut apprehendat res esse diuisas. Et per hunc etiam modum in uocibus affirmatio dicitur compositio in quantum ex parte rei significat <coniunctionem>, negatio uero dicitur diuisio in quantum significat rerum separationem.*” [“Assim também, se considerarmos o que diz respeito ao intelecto em si mesmo, há sempre uma composição onde há verdade e falsidade, que nunca aí se encontram exceto quando o intelecto compara um conceito simples a outro. Contudo, se nos referirmos às coisas, às vezes <tal comparação> é chamada de composição e outras vezes de divisão: composição, de fato, quando um intelecto compara um conceito a outro como se apreendesse a união ou identidade das coisas das quais são conceitos; divisão, porém, quando compara um conceito a outro a fim de apreender que as coisas <por eles significadas> estão separadas. E assim, no que concerne às palavras, também a afirmação é chamada de composição, na medida em que significa uma conjunção que ocorre na realidade; a negação, por sua vez, é chamada de divisão, na medida em que significa a separação das coisas.”].

<sup>15</sup> Sobre o texto de Aristóteles à disposição de Tomás, cf. TOMÁS DE AQUINO, 1989, p. 45\*-49\*.

<sup>16</sup> *De Interpretatione* 2, 16a19-20 (*apud EP I, 4 (19)*): “*Nomen ergo est uox significatiua secundum placitum sine tempore, cuius nulla pars est significatiua separata.*” [“O nome, portanto, é um som vocal significativo por convenção, sem o tempo, do qual nenhuma parte é separadamente significativa.”].

<sup>17</sup> EP I, 4 (21, 94-100): “[...] *et quia id quod primo et principaliter tempore mensuratur est motus, in quo consistit actio et passio, ideo uerbum, quod significat actionem et passionem, significat cum tempore; substantia autem secundum se considerata, prout significatur per nomen et pronomen, non habet in quantum huiusmodi ut tempore mensuretur, set solum secundum quod subicitur motui, <prout> per participium significatur.*” [“[...] e porque aquilo que é primeira e principalmente medido pelo tempo é o movimento, no qual consistem a ação e a recepção, assim, o verbo, que significa a ação e a recepção, significa com o tempo. A substância, porém, considerada em si mesma, e conforme é significada pelo nome e pelo pronome, não é tal que exige a característica de ser medida pelo tempo, mas somente <o faz> na medida em que subjaz ao movimento – e isso é significado pelo participio.”]. Parece legítimo inferir que o verbo “significa o tempo” com base em EP I, 1 (7, 111-112): “[...] *sub uerbo uero participium, quod significat tempus, quamuis et cum nomine conuenienciam habeat.*” [“[...] sob o verbo, com efeito,

nomes, que significam unidades estáticas, verbos significam movimentos ou, mais especificamente, modificações ativas ou receptivas que se desdobram no tempo.

### Verbos, significação e co-significação

Se no capítulo sobre o nome se dissera que o verbo “significa com o tempo”, no capítulo seguinte, por sua vez, propriamente dedicado aos verbos, a sua relação para com o tempo é formulada (também) de outro modo, a saber, em termos de *co-significação*. Com efeito, o texto que Tomás comenta inicia com a afirmação de que “verbo, por sua vez, é aquilo que co-significa o tempo”.<sup>18</sup> A capacidade de co-significar o tempo, que na sequência do texto será objeto de uma análise pormenorizada, não consiste, no entanto, no único elemento ou partícula que, segundo Tomás, compõe a identidade dos verbos. Antes, duas notas adicionais fazem parte de sua definição, termo utilizado no contexto em um sentido bastante lato. Em primeiro lugar, deve-se reforçar que verbos são unidades de significação incompleta, isto é, que, em separado, suas partes, as sílabas, nada significam. Ora, ainda que tal aspecto já constasse da lista de traços comuns a nomes e verbos, é preciso salientá-lo, diz Tomás, devido à maior proximidade ou semelhança que há entre verbos e enunciações em comparação à que subsiste entre enunciações e nomes. O verbo, diferentemente do nome, “introduz a composição na qual se efetiva a oração que significa o verdadeiro ou o falso”<sup>19</sup>. Assim, sua definição deve garantir, pelo reforço, que, apesar de “introduzir a composição”, o verbo, por si só, não a efetiva, isto é, não a realiza concretamente – e isso justamente porque tal efetivação, que corresponderá à tarefa levada a cabo pelo juízo, há de se dar através de unidades significativas complexas que apontam para itens distintos, algo que apenas a estrutura das enunciações pode oferecer.

---

<está incluído> o participio, que significa o tempo, embora também tenha traços convergentes para com o nome.”].

<sup>18</sup> EP I, 5 (25, 1): “*Verbum autem est quod consignificat tempus [...]*.” De fato, a expressão ocorre já no início do capítulo sobre o nome, em EP I, 4 (19, 21). Trata-se, todavia, apenas de uma menção ao texto aristotélico; no tratamento ali dispensado aos verbos fala-se apenas de “significação”, como fica claro no trecho de EP I, 4 (21, 94-100), acima citado. Na tradução oferecida em TOMÁS DE AQUINO, 2018 opta-se por verter “*consignificat tempus*” por “significa com o tempo” (p. 79ss.). Assim, contudo se perde de vista a marca própria dos verbos frente aos participios, indicada em EP I, 5 (26, 42-44). Cf. n. 22, *infra*.

<sup>19</sup> EP I, 5 (26, 36-38): “[...] *uerbum importat compositionem in qua perficitur oratio uerum uel falsum significans [...]*.”

Tomás não se demora em detalhar o que tem em mente com a ideia, incorporada à definição do verbo, de “introduzir a composição”, contrastada à sua efetiva realização.<sup>20</sup> É plausível considerar, contudo, que ele tenha tido em vista salientar o que se estabelece como as, por assim dizer, diferentes *expectativas de complementação* derivadas do uso de nomes e verbos.<sup>21</sup> Ora, por mais que ambos se caracterizem por significar algo determinado e significativamente incompleto, a significação dos verbos instaura ou introduz a expectativa de que a ele algum outro elemento venha se acrescentar, ou seja, de que o que ele significa se conecte a algo de outro. Assim, verbos como que convidam à formação de enunciações; nomes, por sua vez, não gerariam tão grande expectativa. E, de fato, parece mais natural passar do proferimento de um verbo a uma enunciação (de “anda” a “Sócrates anda”, despertada com base na expectativa de se identificar quem afinal realiza aquela ação) do que fazer o mesmo a partir da emissão de um nome.

O terceiro e último elemento que compõe a definição do verbo é, de acordo com Tomás, aquele com base no qual se justifica que o verbo não se distingue apenas do nome, mas também do particípio, mesmo que ambos signifiquem “com o tempo.”<sup>22</sup> Com isso se alcança um ajuste mais fino do quadro conceitual em jogo. Com efeito, um novo elemento, o particípio, entra em cena. Trata-se de uma noção que já fora anteriormente mencionada – em I, 1 (7, 111) e I, 4 (21, 102-104) –, mas sempre apenas de modo lateral e a reboque da ideia de verbo. Ambos, verbos e particípios, se caracterizam por “significar com o tempo” e, nesse sentido, se contrapõem, quando tomados em conjunto, a nomes (e pronomes). Agora, porém, a sua diferença é tematizada. Com efeito, inicialmente, Tomás se contenta em reproduzir um trecho de Aristóteles, em que, sem que se faça qualquer menção à ideia de particípio, é afirmado que o verbo é um sinal (*nota*, na tradução de Boécio, o que Tomás faz equivaler a *signum*, recuperando o original *semeion*) “daquelas coisas que são predicadas de outras”.<sup>23</sup> Daí se conclui, continua ele, que verbos sempre ocupam, em enunciações, a

<sup>20</sup> De fato, a retomada do tópico em *EP* I, 5 (27, 108-113) nada acrescenta ao quadro que já se podia reconstruir.

<sup>21</sup> Cf. *EP* I, 5 (29, 273-276): “[...] *si enim dicam ‘homo’, suspensus est animus audientis quid de eo dicere uelim; si autem dicam ‘currit’, suspensus est animus eius de quo dicam.*” “[...] se, com efeito, eu disser ‘homem’, o ânimo do ouvinte permanece em suspenso quanto ao que quero dizer sobre aquilo; se, ao contrário, disser ‘corre’, o ânimo do ouvinte permanece suspenso quanto a sobre quem falo.”]

<sup>22</sup> *EP* I, 5 (26, 42-44): “*Tercia uero particula est per quam distinguitur uerbum non solum a nomine, set etiam a participio, quod significat cum tempore [...]*” “[A terceira partícula é, a saber, aquela pela qual se distingue o verbo não apenas do nome, mas também do particípio que significa com o tempo.”]

<sup>23</sup> *EP* I, 5 (26, 44-48): “[...] *unde dicit: ‘et est semper eorum que de altero predicantur nota’, id est signum, quia scilicet nomina et participia possunt poni ex parte subiecti et predicati, set uerbum semper*

posição de predicado. Particípios, por sua vez, são tais que, apesar de significarem “com o tempo”, também podem figurar como sujeitos em enunciações – como quando dizemos que aquele que está sentado canta –; eles não são, pois, unidades que necessariamente significam coisas “que são predicadas de outras”.

A menção aos particípios como termos que, apesar de não serem verbos, também “significam com o tempo”, abre a oportunidade para que se esclareça em que precisamente consiste a co-significação do tempo que caracteriza os verbos. Ora, particípios “significam com o tempo” seja ao atuarem como sujeitos, seja quando figuram como predicados em enunciações. No entanto, e no que parece ser o mais importante da lição transmitida, ao desempenharem o papel de sujeitos, a eles se vê associada uma significação distinta – própria aos nomes e não aos verbos – da que lhes compete ao se constituírem nos predicados de enunciações. Tal distinção vem captada por Tomás por meio de uma diferenciação de modos pelos quais ações podem ser objeto de significação.

Por um lado, ações podem ser significadas “por si em abstrato”, o que se dá quando sua referência é feita por meio de substantivos derivados de verbos, como, por exemplo, ao se falar não sobre o correr ou sobre alguém que corre, mas sobre a própria corrida. Nesse caso, esclarece Tomás, a ação em questão é significada “como uma certa coisa” (ou, também se dirá, “por modo de uma coisa existente por si”)<sup>24</sup> e por meio de um termo que, por mais que provenha de um verbo, se constitui propriamente enquanto uma unidade de significação estática, a saber, um nome.

No outro polo do espectro de significação encontram-se, por seu turno, termos que significam ações de um outro modo, a saber, “pelo modo de uma ação”. O que assim se significa é uma ação, não em abstrato, mas, antes, como que dizendo respeito ao fato de ela ter lugar concretamente, aqui e agora, em uma substância, ou seja, indica-se uma propriedade que numa substância inere ao longo de uma certa duração que ocupa pelo menos um conjunto de instantes que compõem o tempo presente.<sup>25</sup> Em

---

*est ex parte predicati.* “[...] daí diz: ‘e é sempre uma nota’, isto é, um signo, ‘de coisas que são predicadas de outras’, isso porque, com efeito, nomes e particípios podem ser postos na posição de sujeito e na de predicado; o verbo, contudo, é sempre posto na posição de predicado.”]

<sup>24</sup> *EPI*, 5 (27, 95): “[...] *per modum rei per se existentes* [...]”

<sup>25</sup> *EPI*, 5 (26, 59-66): “[...] *uno modo per se in abstracto, uelut quedam res, et sic significatur per nomen, ut ‘actio’, ‘passio’, ‘ambulatio’, ‘cursus’, et similia; alio modo per modum actionis, ut scilicet est egrediens a substancia et inherens ei ut subiecto, et sic significatur per uerba aliorum modorum, que attribuiuntur personis* [...]” “[...] <uma ação pode ser significada,> de um modo, por si, em abstrato, como se fosse uma certa coisa. E assim é significada por um nome, como ‘ação’, ‘recepção’, ‘caminhada’, ‘corrida’ e termos afins. De outro modo, <a ação pode ser significada> por modo de ação, a saber, como algo que decorre da substância e que nela inere como em um sujeito – e assim <a ação> é

suma, ao se indicar uma ação “pelo modo de uma ação” aponta-se para o próprio inerir atual, presente e temporalmente mensurável de uma ação num determinado sujeito que a sofre ou realiza. É justamente isso o que o verbo como um todo significa quando tomado em seu sentido mais próprio e que lhe cabe enquanto predicado de uma enunciação. Trata-se, pois, sintaticamente, de formas conjugadas de verbos no indicativo presente (*EP I, 5 (28-29, 225-228)*), que, como visto, geram uma expectativa de complementação que tende a ser naturalmente efetivada no juízo.

Por fim, há termos que significam ações, mas cuja materialidade não determina de antemão se o fazem “em abstrato”, como um nome, ou, ao contrário, se implicam uma significação “pelo modo de uma ação”, como é próprio dos verbos. Nessa classe encontram-se, segundo Tomás, as formas infinitivas dos verbos (e, pode-se inferir, também os participios), que poderão, a depender do contexto e da intenção de quem os profere (e também da gramática de certas línguas), significar ações, tanto no sentido em que propriamente os verbos o fazem, quanto em consonância com aquele modelo estático, pelo qual certos nomes também significam ações. Nesse sentido, a um participio, independentemente da posição que ocupe numa enunciação, caberá sempre o “significar com o tempo”. Já o “co-significar o tempo”, por sua vez, só lhe será atribuído quando ali figurar como predicado e indicar, como um verbo, a atual inerência de uma ação em um sujeito.

A noção de verbo que baliza a investigação de Tomás não se confunde, portanto, com tudo aquilo que gramaticalmente se pode, com justeza, sintaticamente identificar como tal. Com efeito, trata-se de uma noção mais específica, que diz respeito a usos conjugados de verbos no tempo presente, usos que naturalmente engendram a expectativa de que, pela concretização do juízo, se aponte para um sujeito que, no momento em que se formula a enunciação, exerce ou sofre a ação significada pelo verbo. Ora, é essa ideia, expressa como a capacidade de significar uma ação “pelo modo de uma ação”, que se encontra no cerne do que de fato caracteriza os verbos enquanto signos de que algo está sendo predicado de algo.<sup>26</sup> É tal noção, inclusive, que implicitamente guia a elucidação mais detalhada fornecida pelo comentário de Tomás a respeito da co-significação do tempo própria aos verbos.

---

significada por verbos conjugados em outros modos, que são atribuídos às pessoas.”]. A justificativa da relação do verbo para com o tempo, como devendo este referir-se ao “tempo presente” como uma duração (e não um instante) encontra-se em *EP I, 5 (28, 198-203)*.

<sup>26</sup> *EP I, 5 (27, 140-141)*: “[...] *uerbum semper est signum quod aliqua predicentur* [...]” “[...] o verbo é sempre um signo de que coisas estão sendo predicadas [...]”].

Com efeito, a explicação de Tomás se baseia numa análise que contrapõe o que é significado pelo nome “corrida” ao que se exprime pelo verbo “corre”. Ora, sob certa perspectiva, ambos os termos significam o mesmo, a saber, a ação de correr. “Corrida”, no entanto, em sendo um nome, não significa aquela ação “pelo modo de uma ação”, mas, antes, “pelo modo de uma coisa existente”, ou seja, como algo encerrado numa certa duração já bem determinada. Nesse sentido, “corrida” não significa o tempo (embora possa indicar uma determinada unidade temporal, como quando se diz que a corrida durou três horas ou que ocorrerá amanhã). “Corre”, por seu turno, significa aquela mesma ação sem dar a entender que se trata de um movimento cuja duração se encontra determinada. Antes, “corre” transmite a ideia – nisso consistindo sua co-significação do tempo – de que a ação significada tem lugar no presente como um movimento, uma duração que se dá em aberto, podendo persistir no tempo e ser por ele medida.<sup>27</sup>

Ao fim e ao cabo, portanto, o que estruturalmente distingue nomes de verbos (no sentido mais técnico e restrito do termo) é o fato de a significação dos últimos envolver uma complexidade ausente da significação dos primeiros. Com efeito, a significação dos verbos se desdobra em dois patamares: o da sua significação propriamente dita, aspecto de acordo com o qual pode haver uma coincidência entre verbos e nomes (como no caso de “corro” e “corrida”, que significam a mesma ação), e o de sua co-significação, que estabelece o modo pelo qual aquela ação será significada. Trata-se, assim, de um modo através do qual é indicado que se considera a ação em jogo como um processo que tem lugar atualmente, no tempo presente; noutras palavras, trata-se de, pela co-significação do tempo própria aos verbos, indicar uma ação em sua duração presente e que se pode cronologicamente mensurar.

---

<sup>27</sup> EP I, 5 (26-27, 92-105): “*Exponit ergo primo quod uerbum consignificat tempus, per exemplum, quia uidelicet ‘cursus’, quia significat actionem non per modum actionis, set per modum rei per se existentis, eo quod est nomen, non significat tempus; ‘currit’ uero, cum sit uerbum significans actionem, consignificat tempus, quia proprium est motus tempore mensurari, actiones autem nobis note sunt in tempore; dictum est autem supra quod consignificare tempus est significare aliquid ut tempore mensuratum; unde aliud est significare tempus principaliter ut rem quandam, quod potest nomini conuenire, aliud autem est significare cum tempore, quod non conuenit nomini, set uerbo.*” [“<Aristóteles> explica, pois, em primeiro lugar, que o verbo co-significa o tempo; por exemplo, que ‘corrida’, dado significar uma ação não por modo de ação, mas, pelo fato de ser um nome, por modo de uma coisa por si existente, não significa o tempo. ‘Corre’, no entanto, sendo um verbo que significa uma ação, co-significa o tempo, pois é próprio do movimento ser medido pelo tempo; e as ações, por seu turno, se nos tornam conhecidas no tempo. Foi dito anteriormente, contudo, que co-significar o tempo é significar algo como medido pelo tempo. Donde ser diferente significar o tempo principalmente, como uma certa coisa, o que pode convir ao nome, e significar com o tempo, o que não convém ao nome, mas ao verbo.”].



## Verbos, verdade e falsidade: a análise do verbo ser

Verbos se caracterizam por significar ações e também por co-significá-las, decerto não como certas coisas, estaticamente, mas, antes, como processos cuja duração tem lugar no tempo presente e que podem ser cronologicamente medidos. Se assim se delimita com clareza a fronteira que separa a significação dos verbos da dos nomes, a sequência do comentário de Tomás deixa claro que tal explicação ainda precisa ser mais bem detalhada, com vista sobretudo a que não se confunda a co-significação dos verbos com o que só se pode realizar pelo juízo, a saber, a composição afirmativa ou negativa – e detentora de um valor de verdade.

A frase decisiva a partir da qual Tomás constrói sua explicação da diferença entre o que significam verbos e o que é expresso por meio de juízos consiste numa observação de Aristóteles segundo a qual os verbos de modo algum significam se algo é ou não é, não sendo, portanto, sinais de que as coisas por eles referidas – determinadas ações – existem ou não.<sup>28</sup> O que se quer dizer com isso, esclarece Tomás, é que o verbo (que nisso se assemelha ao nome) não é capaz de significar algo “por modo de uma composição ou divisão”, como o fazem os juízos que, por isso, são sempre verdadeiros ou falsos.<sup>29</sup>

É no contexto do esclarecimento da distinção entre a significação dos verbos e a dos juízos, a qual se pode esquematicamente reproduzir como a contraposição entre significar uma ação, por um lado, “por modo de uma ação” e, por outro, “por modo de uma composição ou divisão”, que vem à tona, no comentário de Tomás, uma análise do verbo ser. Isso se justifica porque, ao significar a própria ação de existir como tendo lugar no tempo presente, tal verbo parece consistir naquele de cujo uso se podem derivar mais dúvidas a respeito da distinção entre verbos e juízos.<sup>30</sup> Noutras palavras, o

<sup>28</sup> *De Interpretatione* 3, 16b21-22 (*apud EP I*, 5 (25)): “*Set si est aut non est, nondum significat.*” [“Mas se é ou não é, <o verbo> ainda não o significa.”].

<sup>29</sup> *EP I*, 5 (29, 289-292): “[...] *nondum significat aliquid per modum compositionis aut diuisionis, aut ueri uel falsi.*” [“[...] <o verbo> ainda não significa algo por modo de composição e divisão, ou como verdadeiro ou falso.”].

<sup>30</sup> *EP I*, 5 (29, 293-298): “*Probat autem hoc consequenter per illa uerba que maxime uidentur significare ueritatem uel falsitatem, scilicet ipsum uerbum quod est ‘esse’ et uerbum infinitum quod est ‘non esse’, quorum neutrum per se dictum est signum ueritatis uel falsitatis in re; unde multo minus alia.*” [“Isso <sc. que o verbo não significa por modo de composição e divisão> <Aristóteles> o prova na sequência por meio daqueles verbos que em maior medida parecem significar a verdade ou a falsidade, a saber, pelo próprio verbo ‘ser’ e pelo verbo infinito ‘não-ser’, dos quais nenhum, dito por si, é um *signo* da verdade ou falsidade na coisa; donde muito menos os demais verbos o são.”]. Sobre o funcionamento dos nomes e

verbo “ser” é aquele cuja significação mais se assemelha à de um juízo. Sua análise, por sua vez, será levada a cabo como uma interpretação de uma passagem assaz elusiva de Aristóteles, a saber, 16b20-25, pela qual se exemplificaria, por meio justamente de uma observação sobre o verbo ser, a impossibilidade de os verbos se estabelecerem como signos do existir ou não das ações para as quais eles apontam.<sup>31</sup>

Na tradução de Boécio, a observação de Aristóteles é vertida nos seguintes termos: “Tampouco se disseres apenas ‘é’ <significas que algo existe ou não>: ele mesmo, com efeito, nada é”.<sup>32</sup> A esse texto é contraposta uma formulação alternativa, corretamente tida como mais próxima do original, na qual o “é” (*est*) se vê substituído por “ente” (*ens*). Nesse sentido, observa-se que o trecho também pode ser lido como: “Tampouco se disseres apenas ‘ente’ etc.”<sup>33</sup> Tomás não estabelece nenhuma das formulações como aquela a ser privilegiada, nem como estando incorreta. Antes, ele mostra ser possível oferecer interpretações razoáveis e convergentes de ambas. Seu interesse ao observar a divergência se deve, sobretudo, à possibilidade que assim se lhe abre de trazer à luz uma descrição dos significados tanto do verbo “é”, quanto da noção de ente, particípio presente ativo do verbo ser, tido como aquele a partir do qual todos os demais se formam. Com efeito, o que o verbo “ser” significa, e que é também significado pelo aspecto verbal da noção de ente, a saber, a ação de existir como tendo lugar no tempo presente, encontra-se implicitamente contido na significação de todos os demais verbos, que como que manifestam modos sob os quais esse existir pode concretamente se dar – ou, poder-se-ia dizer, que exprimem diferentes modos de ser.<sup>34</sup>

---

verbos infinitos, que indicam a ausência de um tipo determinado de coisa ou ação, e também sobre as dificuldades aí envolvidas, cf. BÄCK, 2003.

<sup>31</sup> Análises da interpretação de Tomás oferecem WEIDEMMAN, 1986, *passim*; CUADRADO, 2006, p. 384-389; ELDERS, 2009, p. 34-35 e ROSIER-CATACH, 2009, p. 125-128. Sobre as diversas versões do texto grego, cf. HUSSON, 2009a. O trecho completo é o seguinte (*De Interpretatione* 3, 16b20-25, *apud* ARISTÓTELES, 2016, p. 173): “Ditos apenas por si mesmos, os verbos são nomes e significam alguma coisa – pois o falante para o seu pensamento e o ouvinte detém-se –, mas não significa ainda se é ou não é. Pois ‘ser’ ou ‘não ser’ não é um sinal de uma coisa, nem mesmo quando dizes simplesmente ‘o que é’; pois, em si mesmo, não é nada, embora signifique adicionalmente alguma combinação, a qual não pode ser pensada sem as coisas que a compõem.”

<sup>32</sup> *EPI*, 5 (30, 310-311): “*Nec si hoc ipsum ‘est’ purum dixeris: ipsum quidem nichil est.*”

<sup>33</sup> *EP* I, 5 (30, 312-313): “*Neque si ens ipsum nudum dixeris, ipsum quidem nichil est.*” O texto parece remeter à tradução do *De Interpretatione* produzida por Guilherme de Moerbeke em 1268, no bojo de sua versão do comentário de Amônio (cf. ARISTÓTELES LATINUS, 1965, p. 42: “[...] *neque si ‘ens’ dixeris ipsum nudum: ipsum quidem nichil est* [...].” e ROSIER-CATACH, 2009, p. 123). Sobre os usos que Tomás faz em seu comentário dos textos de Boécio e Guilherme de Moerbeke cf. TOMÁS DE AQUINO, 1989, p. 81\*-88\*.

<sup>34</sup> Nesse sentido, Tomás se afasta de uma interpretação do texto de Aristóteles que se encontra por exemplo em WHITAKER, 1996, p. 55-58, mas que, no contexto medieval, remete pelo menos a Abelardo (cf. ROSIER-CATACH, 2009, 127; uma investigação de fôlego sobre o “é” em Abelardo oferece JACOBI, 1986)), segundo a qual o que se encontra ali sublinhado é a função sincategoremática do “é” que atua como cópula. Para Tomás, ao contrário, trata-se no trecho de um uso expressivo daquele verbo,

Assumindo a lição divergente com respeito à tradução de Boécio, segundo a qual o que Aristóteles afirma é que, não diferindo nisso de nenhum outro verbo, tampouco o termo “ente” significa que algo existe ou não, Tomás se dedica a elucidar a ideia de que o termo “ente” “nada é” (*nichil est*). Após recusar algumas interpretações historicamente propostas a esse respeito – de Alexandre de Afrodísia (pela mediação de Boécio), Porfírio e Amônio –, ele formula assim sua explicação da observação aristotélica:

[...] deve-se considerar que Aristóteles dissera que o verbo não significa que uma coisa é ou não é; ele acrescenta, porém, que não apenas o verbo não significa que uma coisa é ou não é, mas que tampouco o próprio termo “ente” significa que uma coisa é ou não é – o que faz ao dizer: “nada é”, isto é, não significa que algo é. No entanto, exatamente isso pareceria ser o caso com respeito ao que chamo de “ente”, pois “ente” não é nada senão “o que é”, parecendo assim significar, na medida em que digo “é”, que uma coisa é.<sup>35</sup> E se, de fato, um tal dizer “ente” significasse principalmente ser na mesma medida em que significa uma coisa que tem ser, sem dúvida significaria que algo é; mas ele não significa principalmente a própria composição, que é introduzida pelo fato de eu dizer “é”, mas a co-significa na medida em que significa uma coisa que possui ser. Disso resulta não ser suficiente para a verdade ou falsidade a co-significação da composição, pois a composição na qual consiste a verdade e a falsidade não pode ser compreendida senão na medida em que conecta os extremos da composição.<sup>36</sup>

---

que mantém sua capacidade de significar algo determinado, uma ação, ainda que não se estabeleça por si só como um juízo.

<sup>35</sup> O trecho aqui traduzido como “[...] parecendo assim significar, na medida em que digo ‘é’, que uma coisa é” remete a uma oração cuja inteligibilidade depende de que se faça algum acréscimo à letra de Tomás. Os editores da Leonina optam pela formulação: “[...] *et sic uidetur <et> rem significare, per hoc quod dico <quod>, et esse, per hoc quod dico <est>*.” “[...] parecendo assim significar <tanto> uma coisa <, na medida em que digo ‘o que’, quanto o ser, na medida em que digo> ‘é’”]. Minha proposta de estabelecimento de texto, mais econômica, é a seguinte: “[...] *et sic uidetur rem <esse> significare, per hoc quod dico ‘est’*.” Vale salientar que tal escolha em nada coloca em xeque a doutrina que baseia a opção registrada na Leonina, que apenas salienta o fato de a significação da noção de ente ser complexa.

<sup>36</sup> EP I, 5 (30-31, 355-376): “[...] *considerandum est quod ipse dixerat quod uerbum non significat rem esse uel non esse; addit autem quod non solum uerbum non significat rem esse uel non esse, set nec hoc ipsum ‘ens’ significat rem esse uel non esse, et hoc est quod dicit: ‘nichil est’, id est non significat aliquid esse. Et tamen maxime uidebatur de hoc quod dico ‘ens’, quia ‘ens’ nichil est aliud quam ‘quod est’, et sic uidetur <et> rem significare, per hoc quod dico <quod>, et esse, per hoc quod dico <est>*. Et si quidem hec dictio ‘ens’ significaret esse principaliter sicut significat rem que habet esse, procul dubio significaret aliquid esse; set ipsam compositionem, que importatur in hoc quod dico ‘est’, non principaliter significat, set consignificat eam in quantum significat rem habentem esse; unde talis consignificatio compositionis non sufficit ad ueritatem uel falsitatem, quia compositio in qua consistit ueritas et falsitas non potest intelligi nisi secundum quod innectit extrema compositionis.” A tradução foi modificada de acordo com o assinalado na nota precedente.

De acordo com Tomás, ao dizer que o termo “ente” “nada é”, Aristóteles busca transmitir a ideia de que aquele termo não significa *que algo é* ou, dito de outro modo, de que ele não significa um conteúdo (proposicional) acerca do qual se pode com sentido colocar a questão sobre sua verdade ou falsidade. Que isso seja assim, contudo, não parece um dado óbvio. Com efeito, na medida em que “ente” corresponde a “o que é”, poder-se-ia pensar que em seu uso se encontrasse por assim dizer embutido uma menção sub-reptícia ao verbo ser, na forma do “é”, donde resultaria que ao dizer de algo que se trata de um “ente” não se estaria transmitindo apenas a ideia de que se trata de *algo que é*, de *uma coisa que tem ser*, mas igualmente – por conta do “é” que compõe a ideia de “o que é” que a noção de ente exprime – *que algo é*, *que uma coisa tem ser*. Ora, segundo Tomás, tal raciocínio não é correto. Com efeito, ele não nega que da significação da noção de ente faça parte uma referência ao ser, à existência. No entanto, esclarece ele, trata-se de uma referência secundária, de uma co-significação, que, enquanto tal, não é capaz de se constituir como expressão que encapsula o juízo de *que algo é*, de *que algo exerce no tempo presente a ação de ser ou existir*.

Antes, o que a noção de ente principalmente significa, e não apenas co-significa, é toda a ideia complexa de *algo que é*, de *uma coisa que tem ser*. Dessa significação faz parte, devido à presença implícita do verbo ser na constituição do termo “ente”, a co-significação de uma ação, a ação de ser, aqui considerada não enquanto passível de referência por parte de um nome, como algo existente por si, mas, antes, como um movimento que ocorre no tempo presente e que pode ser cronologicamente medido. Tal co-significação, contudo, não se constitui como um juízo. Antes, ela apenas o introduz, ou seja, e retomando uma hipótese a que já se aludiu, a co-significação própria à noção de ente, que se encontra também em todo e qualquer verbo, gera uma *expectativa de complementação* que apenas o juízo pode preencher e que se encontra ausente (ou, pelo menos, é muito menos representativa) da significação dos nomes. Assim, apenas o juízo, que em sua forma mais básica menciona e conecta dois elementos distintos sob a estrutura do *algo dito de algo* (ou, mais propriamente, do *algo uno dito de algo uno*), significa *que algo é*, ou seja, corresponde propriamente a uma enunciação. Isso, nenhuma de suas partes isoladamente o faz: o nome, porque não significa “com tempo”, ou seja, porque não é um “signo de coisas que estão sendo predicadas”; o verbo, por sua vez – e tampouco o particípio, mesmo que lido desde um viés que põe em foco sua similaridade para com o verbo –, porque, apesar de co-significar a composição, possui uma significação tal que suas partes nada significam em separado, não se sendo,

portanto, capaz de, por sua menção isolada, propor um modelo complexo de relações entre coisas e ações que efetivamente têm lugar no mundo.

Os últimos passos do comentário de Tomás ao capítulo sobre os verbos do *De Interpretatione* dedicam-se à elucidação daquela outra formulação do texto, que se encontra na tradução de Boécio e segundo a qual se diz que o termo “é” (e não o termo “ente”) “nada é”. De acordo com Tomás, trata-se inclusive de uma versão que, ainda que menos literal, mais claramente transmite o intento aristotélico. De fato, a explicação remete diretamente ao que foi há pouco mencionado. Trata-se de indicar que, apesar de parecer significar principalmente a composição que há de deter um valor de verdade, a mera menção do verbo ser apenas a co-significa. Falta-lhe a capacidade própria ao juízo de, por meio de uma significação complexa, apontar para dois elementos, os polos da enunciação, e de os conceber como estando entre si imbricados segundo uma estrutura na qual algo é dito de algo:

[...] que nenhum verbo signifique que uma coisa é ou não é, <Aristóteles> o prova por meio deste verbo, ‘é’, que dito por si não significa que algo é, ainda que signifique ser. E porque parece que este verbo ‘ser’ <significa> uma certa composição, e igualmente porque pode parecer que este verbo ‘é’, que significa ser, significa a composição em que se encontra o verdadeiro e o falso, Aristóteles esclarece, para excluir isso, que a composição que é significada por este verbo ‘é’ não pode ser compreendida sem os seus componentes, pois a sua intelecção se dá a partir de seus extremos, que, se não são indicados, não produzem uma intelecção perfeita da composição, de modo a que nela possam estar o verdadeiro ou o falso. Nesse sentido, diz ele que este verbo ‘é’ co-significa a composição, pois não a significa principalmente, mas a modo de uma consequência [...].<sup>37</sup>

Nem o verbo ser, nem a sua forma flexionada “é” significam principal e plenamente a composição, ou seja, o juízo, negativo ou positivo, detentor de um valor de verdade. Contudo, pode-se dizer que aquela composição é secundariamente significada pelo verbo, ou seja, que o verbo a significa por “modo de uma consequência”, ou a co-significa, o que remete, por sua vez, ao que se formulou em

<sup>37</sup> EP I, 5 (31, 378-393): “[...] quod enim nullum uerbum significet rem esse uel non esse, probat per hoc uerbum ‘est’, quod secundum se dictum non significat aliquid esse, licet significet esse. Et, quia hoc ipsum ‘esse’ uidetur compositio quedam, et ita hoc uerbum ‘est’, quod significat esse, potest uideri significare compositionem in qua sit uerum uel falsum, ad hoc excludendum subdit quod ista compositio, quam significat hoc uerbum ‘est’, non potest intelligi sine componentibus, quia dependet eius intellectus ex extremis, que si non apponantur, non est perfectus intellectus compositionis, ut possit in ea esse uerum uel falsum. Ideo autem dicit quod hoc uerbum ‘est’ consignificat compositionem, quia non principaliter eam significat, set ex consequenti [...]”

termos de *expectativa de complementação*. Quanto à significação principal do verbo ser, Tomás não hesita em se filiar a uma compreensão que remete sobretudo a Avicena (980-1037)<sup>38</sup> e a concebe como dizendo respeito àquilo que, numa ordem dos conceitos, é o primeiramente concebido, indicando uma pura atualidade que se encontra implicada nas ações significadas pelos demais verbos – o que justifica, aliás, a ideia de que a ação expressa por seu participio se encontra na “fonte e origem”<sup>39</sup> de todos os verbos:

[...] <‘é’> significa, de fato, aquilo que primeiro cai na esfera do intelecto por modo de uma atualidade absoluta, pois ‘é’ dito simplesmente significa ser em ato e assim significa à maneira de um verbo. Ora, uma vez que a atualidade que este verbo ‘é’ principalmente significa é comum à atualidade de toda forma ou ato, substancial ou acidental, quando queremos significar uma certa forma ou ato que atualmente existe em algum sujeito, o significamos por este verbo ‘é’ – dito simplesmente, segundo o tempo presente; ou, sob um certo aspecto, segundo outros tempos. E assim este verbo ‘é’ significa por modo de consequência a composição.<sup>40</sup>

Tanto significação e co-significação (ou, se se quiser, significação principal e significação secundária) do verbo ser, quanto sua presença implícita no uso dos demais verbos se veem, assim, elucidadas. Torna-se clara, desse modo, a ação que aquele verbo significa: trata-se da ação de existir; noutras palavras, do possuir uma certa atualidade, um certo “ser em ato”. Esse “ser em ato” será principalmente significado pelo verbo ser, mas também fará parte da significação de qualquer outro verbo, pelo qual se explicitam suas diferentes modalidades. Ora, além de significar esse índice de atualidade mínima, o verbo “ser” também co-significa a composição da qual ele como que naturalmente virá a fazer parte. Seu uso gera uma *expectativa de complementação* que se verá preenchida por meio da produção de um juízo que conecta aquele verbo a um nome, formando assim uma enunciação. Fica claro pelo contexto que se trata de uma enunciação em que o verbo “ser” desempenhará o papel que em termos técnicos ficou conhecido como “segundo adjacente”, ou seja, trata-se de um juízo de existência, como “Sócrates existe”

<sup>38</sup> Cf. AERTSEN, 1996, p. 80-84; CRAEMER-RUEGENBERG, 1991 e AERTSEN, 2008.

<sup>39</sup> EP I, 5 (30, 315-316): “[...] *assumit id quod est fons et origo <omnium uerborum, scilicet> ipsum ens* [...]”

<sup>40</sup> EP I, 5 (31, 394-407): “[...] *significat enim id quod primo cadit in intellectu per modum actualitatis absolute; nam ‘est’ simpliciter dictum significat esse actu, et ideo significat per modum uerbi. Quia uero actualitas, quam principaliter significat hoc uerbum ‘est’, est communiter actualitas omnis forme uel actus, substancialis uel accidentalis, inde est quod, cum uolumus significare quamcunque formam uel actum actualiter inesse alicui subiecto, significamus illud per hoc uerbum ‘est’, simpliciter quidem secundum presens tempus, secundum quid autem secundum alia tempora; et ideo ex consequenti hoc uerbum ‘est’ significat compositionem.*”

(que pode também ser formulado em outros tempos verbais, como “Sócrates existiu” ou “Sócrates existirá”).<sup>41</sup> Em tais juízos se completa o que fora apenas introduzido pela significação principal daquele verbo (e que pode *mutatis mutandis* ser expandido para todos os demais). O existir atual significado pelo “é” – bem como a coisa significada pelo termo “ente” enquanto *algo que atualmente existe* – se completa, no juízo, numa afirmação ou negação de *que algo atualmente existe*.

Verbos, pois, podem ter uma significação simples, como o verbo ser, que significa a pura atualidade que se desdobra no presente, ou, quando se lê participios em seu aspecto verbal, como no caso do termo “ente”, podem ter uma significação complexa, significando *algo que possui uma pura atualidade que se desdobra no presente*. Apenas nos juízos, no entanto, o poder expressivo dos verbos como que se completa, pois no juízo o que o verbo co-significava, a composição, será de fato plenamente significada: pelo juízo não se indica apenas a pura existência atual no presente, nem *apenas algo que existe atualmente no presente* (ou seja, algo referido por uma significação complexa, mas que nem por isso se identifica com um juízo), mas, antes, *que algo existe atualmente no presente* – e apenas nesse ponto tem início a possibilidade de formação de uma representação do mundo com relação à qual se pode com justeza colocar a questão sobre sua verdade ou falsidade.

---

<sup>41</sup> Cf. EP II, 2 (88, 35-52): “[...] *considerandum est quod hoc uerbum ‘est’ quandoque in enunciatione predicatur secundum se, ut cum dicitur: ‘Sortes est’, per quod nichil aliud intendimus significare quam quod Sortes sit in rerum natura; quandoque uero non predicatur per se, quasi principale predicatum, set quasi coniunctum principali predicato ad connectendum ipsum subiecto, sicut cum dicitur: ‘Sortes est albus’: non enim est intentio loquentis ut asserat Sortem esse in rerum natura, set ut attribuat ei albedinem mediante hoc uerbo ‘est’; et ideo in talibus ‘est’ predicatur ut adiacens principali praedicato.*” “[...] deve-se considerar que este verbo ‘é’ às vezes é predicado numa enunciação segundo si, como quando se diz ‘Sócrates é’, pelo que não pretendemos significar nada senão que Sócrates existe na realidade. Às vezes, contudo, <aquela verbo> não é predicado por si, como um predicado principal, mas é como que <predicado> conjuntamente com o predicado principal para que se realize a conexão deste para com o próprio sujeito. Desse modo se diz ‘Sócrates é branco’, que não envolve uma intenção por parte do falante de afirmar que Sócrates existe na realidade, mas, antes, de atribuir a ele brancura por meio deste verbo ‘é’. Assim, em tais casos, o verbo ‘é’ é predicado como algo adjacente ao predicado principal.”]. O trecho alude a um uso puramente copulativo do termo ‘é’, que ocorre, por exemplo, em “Sócrates é branco”. Nesses contextos, pelo “é” não é significada nenhuma ação ou coisa, mas somente a conexão entre sujeito e predicado (do qual o “é” fará parte). Na medida em que de tal uso – por assim dizer *sincategoremático* e derivado (cf. ZIMMERMANN, 1971) – do verbo ser não faz parte a ideia de significação determinada, seu estudo foge, de acordo com a interpretação de Tomás, à análise anteriormente levada a cabo das partes integrais da enunciação. Isso significa, em outros termos, que Tomás não aceita a tese segundo a qual uma enunciação de terceiro adjacente implica uma de segundo. Nesse sentido, minha análise se afasta da de ROSIER-CATACH, 2009, 128, para quem, de acordo com Tomás, “a atualidade significada principalmente pelo ‘esse’ é mantida quando ele está em *tertium adiacens*”, bem como da de WEIDEMANN, 1986, p. 185, para quem, em Tomás, “‘S é P’ pode ser visto como a contraparte copulativa e um juízo de existência da forma ‘Há uma coisa como S (que é) P’, ao qual ele equivale.” Sobre doutrina de Tomás das enunciações de segundo e terceiro adjacente, cf. SCHMIDT, 1966, p. 232-237 e LANDIM FILHO, 2006, p. 38-40.

## Conclusão

De acordo com as análises propostas por Tomás, verbos, no sentido filosoficamente relevante do termo, são partes integrais de enunciações, ou seja, de juízos que efetivamente propõem um quadro do modo como coisas se encontram dispostas no mundo e que, nesse sentido, podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos. Em sua estrutura mais básica, tais enunciações combinam um nome e um verbo que apontam, respectivamente, para um sujeito e para uma ação que tal sujeito presentemente realiza. Cabe aos verbos, portanto, significar ações, que correspondem sempre a movimentos que se desdobram no tempo presente. Ora, dado o elo que permite que se passe da ideia de ação à de movimento e desta à de tempo, a peculiaridade dos verbos é compreendida por Tomás, com base em Aristóteles, como um “co-significar o tempo”, que acaba por se deixar mais claramente captar como um “co-significar a composição”. Trata-se de assinalar, assim, que o verbo não apenas significa uma ação “por modo de ação” (e não “por modo de uma coisa existente”, como o podem também fazer os nomes), mas que ele também gera com isso uma *expectativa de complementação* que se concretizará no juízo.

Dentre os verbos, por sua vez, Tomás reserva especial atenção ao verbo “ser”. Trata-se do verbo que é base de todos os demais, estando sua significação incluída na significação dos demais verbos, pelos quais a ação significada pelo “é”, um existir que se desdobra no tempo presente, é diversificado em modos. A proximidade entre a ação principalmente significada pelo verbo ser e o juízo existencial, pelo qual se afirma (ou se nega) que algo existe, requer, por seu turno, que se enfatize a distância entre, por um lado, o conceito de uma existência atual e o juízo, pelo qual se produz um comprometimento daquele que julga com o existir (ou com o não existir) efetivo de algo no mundo. Nesse contexto, o conceito imediatamente significado (por convenção) pelo verbo ser, bem como pela noção de ente que transmite também a significação daquele verbo, se mostram incapazes de, por si só, estabelecer a existência do que quer que seja. Se ser significa uma atualidade que tem lugar no tempo presente, apenas o juízo é capaz de significar que há efetivamente algo que, no mundo, atualmente realiza a ação de existir. O que assim se assinala é uma impossibilidade de passagem direta de uma análise dos termos com os quais se compõem enunciados à própria formulação de enunciados. Em termos concretos, é possível ter-se em mente o conceito de uma coisa



que é, e, portanto, de um ente; de tal posse, contudo, não se desdobra, por meio de nenhum procedimento analítico, o juízo de que aquela coisa é ou existe. Se isso é o caso, argumentos outros, suplementares, terão de o mostrar. Certamente trata-se de uma compreensão acerca das relações entre conceitos e juízos, entre significar a existência de algo e ser capaz de efetivamente afirmá-la, que desempenhará um papel de relevo em vários aspectos do pensamento de Tomás. Pode-se cogitar, à guisa de um exemplo, que a distinção entre *significar algo que é*, própria a conceitos, e *significar que algo é*, que se dá apenas no juízo, cumpra uma função de fundamental importância – como o defende MCINERNEY, 1986 – no esclarecimento da compreensão de Tomás sobre as relações que subsistem entre existência e conceito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AERTSEN, J. A. *Medieval Philosophy and the Transcendentals. The Case of Thomas Aquinas*, Leiden/New York/Köln, Brill, 1996.
- AERTSEN, J. A. Avicenna's Doctrine on the Primary Notions and its Impact on Medieval Philosophy. In: AKASOY & RAVEN, 2008, p. 21-42.
- AKASOY, A. & RAVEN, W. (eds.). *Islamic Thought in the Middle Ages. Studies in Text, Transmission and Translation, in Honour of Hans Daiber*, Leiden/Boston: Brill, 2008.
- ARISTÓTELES, *Categorias & Da Interpretação*, trad. R. Santos, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/INCM, 2016.
- ARISTÓTELES LATINUS, *De Interpretatione vel Periermeneias*, ed. L. Minio-Paluello, Bruges/Paris: Desclée de Brouwer, 1965.
- BÄCK, A. Aquinas on Predication. In: BRAAKHUIS & KNEEPKENS, 2003, p. 321-337.
- BRAAKHUIS, H. A. G & KNEEPKENS, C. H. (eds.). *Aristotle's Peri Hermeneias in the Latin Middle Ages. Essays on the Commentary Tradition*, Groningen/Haren: Ingenium, 2003.
- CRAEMER-RUEGENBERG, I. 'Ens est quod primum cadit in intellectu': Avicenna und Thomas von Aquin. In: FALATUR, A & TWORUSCHKA, U. (eds.). *Gottes ist der Orient - Gottes ist der Okzident*, Köln: Böhlau, 1991, p. 133-142.

- CUADRADO, J. A. G. Existence et vérité: nom et verbe dans l'*Expositio libri Peri hermeneias* de Thomas d'Aquin. In: *Revue Thomiste* 106, 2006, p. 355-392.
- ELDERS, L. The Aristotelian Commentaries of St. Thomas Aquinas. In: *The Review of Metaphysics* 63, 2009, p. 29-53.
- HUSSON, S. (ed.). *Interpréter le De Interpretatione*, Paris: Vrin, 2009.
- HUSSON, S [referido como HUSSON, 2009a]. Note sur le texte grec du *Peri Hermeneias* 16b20-25 et sa tradition. In: HUSSON, 2009, 133-139.
- IDELFONSE, F. *La naissance de la grammaire dans l'antiquité grecque*, Paris: Vrin, 1997.
- ISAAC, J. *Le Peri Hermeneias en Occident de Boèce à Saint Thomas. Histoire littéraire d'un traité d'Aristote*, Paris: Vrin, 1953.
- JACOBI, K. Peter Aberlard's Investigations into the Meaning and Functions of the Speech Sign 'Est'. In: KNUUTTILA & HINTIKKA, 1986, p. 145-180.
- KNUUTTILA, S. & HINTIKKA, J. (eds.). *The Logic of Being. Historical Studies*, Dordrecht/Boston/Lancaster/Tokyo: D. Reidel, 1986.
- LANDIM FILHO, R. Predicação e juízo em Tomás de Aquino. In: *Kriterion* 113, 2006, p. 27-49.
- MCINERNY, R. Being and Predication. In: MCINERNY, 1986, p. 173-228.
- MCINERNY, R. *Being and Predication. Thomistic Interpretations*, Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 1986.
- NASCIMENTO, C. A. do. A consignificação do tempo pelo verbo no comentário de Santo Tomás de Aquino ao *Peri Hermeneias*. In: DE BONI, L. A. (org.). *Lógica e Linguagem na Idade Média*, Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 113-125.
- ROSIER, I. Variations médiévales sur l'opposition entre signification "ad placitum" et signification naturelle. In: BRAAKHUIS & KNEEPKENS, 2003, p. 165-205.
- ROSIER-CATACH, I. Sur le verbe substantif, la prédication et la consignification. *Peri hermeneias* 16b20-25 dans les traductions et commentaires en latin. In: HUSSON, 2009, p. 97-131.
- SCHMIDT, R. W. *The Domain of Logic According to Saint Thomas Aquinas*, The Hague: Martinus Nijhoff, 1966.
- TOMÁS DE AQUINO, *Expositio libri Peryermenias*, in: *Opera omnia*, vol. I\* 1, ed. R.-A. Gauthier, Roma/Paris: Commissio Leonina/Vrin, 1989.
- TOMÁS DE AQUINO, *Sententia libro De anima* in: *Opera omnia*, vol. XLV, 1, ed. R.-A. Gauthier, Roma/Paris: Commissio Leonina/Vrin, 1984.

TOMÁS DE AQUINO, *Comentário ao Sobre a Interpretação de Aristóteles*, Campinas: Vide, 2018.

TORRELL, J.-P. *Saint Thomas d'Aquin. L'homme et son œuvre*, Paris: Les Éditions du Cerf, 2012.

WEIDEMANN, H. Aristoteles über das isolierte Aussagewort: *De Int.* 3, 16b19-25. In: *Archiv für Geschichte der Philosophie* 64, 1982, p. 39-256.

WEIDEMANN, H. The Logic of Being in Thomas Aquinas. In: KNUUTTILA & HINTIKKA, 1986, 181-200.

WHITAKER, C. W. A. *Aristotle's De Interpretatione. Contradiction and Dialectic*, Oxford: Clarendon Press, 1996.

ZIMMERMANN, A. 'Ipsum enim <'est'> nihil est' (Aristoteles, *Periherm.* I, c. 3). Thomas von Aquin über die Bedeutung der Kopula. In: ZIMMERMANN, 1971, p. 282-295.

ZIMMERMANN, A. (ed.). *Der Begriff der repraesentatio im Mittelalter: Stellvertretung, Symbol, Zeichen, Bild*, Berlin/Boston: De Gruyter, 1971.